

Pensar na democracia

Nosso editorial de sábado, centrado sobre a crise que se armava, intitulava-se *O que a Nação exige*. Antes de mais nada, serenidade. Sem ela, as pressões da emoção vão acabar por fechar qualquer saída construtiva — e são poucas as que se oferecem hoje. Depois, e fundamentalmente, preocupação com o Estado de Direito. Se não tivermos a manutenção da democracia como objetivo principal, vamos correr o risco da desmoralização dos Poderes constituídos e da transformação das Forças Armadas em árbitro de situações institucionais. Quem as conhece sabe que as lições do período pós-68 ainda estão bem presentes para frenar as proposições dos mais exaltados, especialmente os da reserva. A evolução da crise, no entanto, se não houver pulso firme de parte do chefe de Estado, pode fazer que elas e outras forças venham para o proscênio.

É tarde para dizer quem errou ou não. Desde o início, apontamos a má situação em que o Congresso Nacional se colocava por dois erros: um, mais visível, que foi a rejeição, pela Câmara dos Deputados, do veto presidencial à equiparação dos vencimentos dos parlamentares aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Outro, que havia passado desapercebido, foi a decisão administrativa de fazer a conversão dos vencimentos de todo o Poder Legislativo pela URV do dia 20.

Da mesma maneira, apontamos o erro do

Supremo, seguindo dias depois a decisão do Congresso. Agora, é o momento de dizer que também o presidente da República errou ao emitir nota verberando a conduta dos outros dois Poderes. Da mesma maneira, erraram e persistem no erro quantos insistem em alimentar o confronto: seja o STF, que, ao que se informa, determinou a elaboração das folhas de pagamento pelo valor da URV do dia 20, seja os ministros de Estado anuncianto que não repassarão o dinheiro necessário para atender a essa folha ou declarando que a postura do Congresso e do Supremo é de sabotagem ao plano, ou — como murmuram, quando não falam abertamente, ministros militares — verberando a atitude de todos os ministros do Supremo, em termos que 30 anos atrás, neste dia, seriam tidos como incitadores à derubada do regime constitucional.

Todos os indícios são de que o Executivo, por pressão das Forças Armadas, não recuará, da mesma maneira que o Supremo — se é verdadeira a informação de que mandou processar as folhas de pagamento — não cederá à *primeira investida*. É por isso que o presidente da República não pode dar ouvidos àqueles que sofrem pressão das bases militares ou querem reforçar os poderes do Executivo so-



bre toda a sociedade e os demais Poderes do Estado. Não se deve desprezar a imagem que, desde o governo Collor de Mello, se vem formando, nas Forças Armadas e em outros setores, de que o Judiciário impede a realização de qualquer plano econômico, além de conceder liminares sem critério de "salvação nacional". Da mesma maneira, não se pode desprezar o fato de que nesta crise, seguramente por pressão de baixo como em 1968, os ministros militares "convocaram" — este o

termo — uma reunião ministerial para discutir a situação, levando o presidente da República a distribuir nota em que há tom de desafio ao Congresso e ao Judiciário.

O presidente da República não está assessorado por pessoas serenas. Não será o ministro da Justiça quem lhe dará conselhos de prudência e sabedoria nesta ocasião. Muito menos, o conselho íntimo, os de Juiz de Fora, que aspiram ver melhorada a imagem do presidente nem que seja por medidas demagógicas contra o Congresso e o Supremo. Outros fossem os tempos, não se tivessem adotado, nesse fim de semana e na segunda-feira, medidas destinadas a impedir uma volta atrás de qualquer das partes, seria o caso de apelar para o "espírito patriótico". O Congresso, no que se

refere ao aumento de vencimentos, tem como refluir com dignidade, bastando o Senado manter o veto presidencial. Como poderá o Supremo Tribunal Federal recompor a situação, se é que é a ele que cabe a retirada? E como ficam as folhas de pagamento do Congresso, se, também no Poder Legislativo, se fez a conversão pela URV do dia 20? Como fica o Executivo diante do Ministério Público e muitas estatais, as "sombras do Poder", que também fizem suas folhas de pagamento pela URV do dia 20?

Se não houver serenidade para avaliar os fatos, o Estado de Direito vai correr sérios riscos

Possivelmente, na reedição da MP 434 — só na próxima semana! — se encontrarem maneiras de apaziguar os ânimos. Possivelmente, uma reforma da Constituição seja capaz de criar as bases institucionais para que o confronto não se dê no futuro. Essas hipóteses de bom senso serão superadas, se não houver serenidade e se os ministros militares não se compenetarem de que quem fala pelas Forças Armadas é seu comandante-chefe, o presidente da República. É nesse político pouco afeito a esse tipo de crise que a Nação deposita hoje suas esperanças de que ainda se mantenham as aparenças e as formas da democracia?